

**AO ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPESTRE/RS**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024;
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2024**

LAGOA DA SERRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.162.045/0001-86, com sede na Av. Presidente Castelo Branco, nº 2525, bairro Parque Industrial Lagoinha – CEP. 14.095-000, Ribeirão Preto/SP, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, por seu representante infra-assinado, não se conformando as especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico nº 031/2024, apresentar **IMPUGNAÇÃO**, com fundamento no artigo 164 da Lei 14.133/2021 e item 13.1 do referido edital, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

DA FUNDAMENTAÇÃO

O objeto do Pregão Eletrônico nº 031/2024 visa a **Aquisição de sêmen bovino para o município de Alpestre – RS**, conforme as descrições técnicas e demais elementos constantes no edital e termo de referência – ANEXO III.

Sabe-se que a Administração Municipal deve verificar e estabelecer certos critérios na especificação do objeto técnico, entretanto, tais exigência devem sempre estar em total consonância com os princípios que regem a licitação, dentre os quais destaca-se o da **legalidade e da igualdade**.



BETTER COWS > BETTER LIFE

Contudo, o edital ora impugnado está infringindo tais princípios na medida em que impõe exigências demasiadas quanto aos objetos do certame, conforme verifica-se nas especificações e descrições constantes do edital citado.

Nas palavras de Maria Sylvia Zanella Di Pietro: “O princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que este visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar” (Sem grifo no original. Direito Administrativo, 27ª ed, 2014, p. 378).

A Lei 14.133/2021, art. 11, inciso I e II é muito clara ao definir os objetivos da licitação, indicando expressamente a proibição quanto a restringir ou frustrar a participação dos interessados no certame, senão vejamos:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

Nesse sentido, destaca-se ainda o ensinamento do Professor Eros Grau, em sua obra Licitação e Contrato Administrativo (Licitação e Contrato Administrativo, Malheiros Editores, 12ª Edição, p.14.), ensina que:

“a licitação está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso – o melhor negócio – e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração”.

A empresa impugnante, assim como outras no mercado, possui condições de participar do certame em questão, possuindo ampla experiência e qualidade na área de melhoramento genético, dentro dos mais altos padrões técnicos. **Todavia, é necessário que as especificações não sejam restritivas a ponto de impedir a livre concorrência no certame.**



BETTER COWS > BETTER LIFE

No caso em tela, resta claro que essa municipalidade está causando grave restrição de competitividade e isonomia ao estabelecer nos objetos técnicos
CARACTERÍSTICAS ÚNICAS DE TOUROS DE UMA ÚNICA EMPRESA NOS ITENS 1, 2, 3 e 4:

Item 1 - SÊMEN DE TOURO RAÇA HOLANDESA PRETO E BRANCO, COM PROVA NÃO INFERIOR A ABRIL DE 2024, QUE CONTENHA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:: TPI IGUAL OU MAIOR A 2900; LEITE IGUAL OU MAIOR A 1500; PTA PORCENTAGEM PROTEÍNA E GORDURA IGUAL OI MAIOR A 0%; CONFIABILIDADE DE PRODUÇÃO E TIPO IGUAL OU MAIOR A 80%; PTA TIPO IGUAL OU MAIOR A 1.8; COMPOSTO DE ÚBERE IGUAL OU MAIOR A 2; VIDA PRODUTIVA IGUAL OU MAIOR A 4; SCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS IGUAL OU MENOR A 3; DPR IGUAL OU MENOR A 0.

Item 2 - SEMEN TOURO RAÇA HOLANDESA PRETO E BRANCO, COM PROVA NÃO INFERIOR A ABRIL DE 2024, QUE CONTENHA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:: TPI IGUAL OU MAIOR A 2900; LEITE IGUAL OU MAIOR A 1500; PTA PORCENTAGEM PROTEÍNA E GORDURA IGUAL OI MAIOR A 0%; CONFIABILIDADE DE PRODUÇÃO E TIPO IGUAL OU MAIOR A 80%; PTA TIPO IGUAL OU MAIOR A 2; COMPOSTO DE ÚBERE IGUAL OU MAIOR A 2; FORMA LEITEIRA IGUAL OU MAIOR A 1.5; PROFUNDIDADE DE ÚBERE IGUAL OU MAIOR A 1.2; VIDA PRODUTIVA IGUAL OU MAIOR A 2; SCORE DE CÉLULAS SOMÁTICAS IGUAL OU MENOR A 2.95; FACILIDADE DE PATRO IGUAL OU MENOR A 2.3.

Item 3 - SEMEN BOVINO TOURO RAÇA ABERDEEN ANGUS, COM PROVA OFICIAL AMERICANA (AAA) NÃO INFERIOR DE 2024, QUE CONTENHA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS; FACILIDADE DE PARTO IGUAL OU MAIOR A 14; PESO AO NASCER IGUAL OU MENOR A -1; PESO A DESMAMA IGUAL OU MAIOR 60; PESO AO ANO IGUAL OU MAIOR A 120; PESO DE CARÇAÇA IGUAL OU MAIOR A 65; MARMOREIO IGUAL OU MAIOR A 1.3; AOL ÁREA DE OLHO DE LOMBO IGUAL OU MAIOR A 0.70.

Item 4 - SEMEN TOURO RAÇA RED ANGUS COM PROVA OFICIAL AMERICANA (RAAA) NÃO INFERIOR JANEIRO DE 2024, QUE CONTENHA AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS; FACILIDADE DE PARTO (CED) IGUAL OU MAIOR A 9; PESO AO NASCER (PN) IGUAL OU MENOR A -3; PESO A DESMAMA (WW) IGUAL OU MAIOR 60; PESO AO ANO (YW) IGUAL OU MAIOR A 80; MARMOREIO IGUAL OU MAIOR A 0.4; ÁREA DE OLHO DE LOMBO IGUAL OU MAIOR A 0.40.

Ocorre que, PARA OS ITENS ACIMA MENCIONADOS, EXISTE APENAS UM ÚNICO FORNECEDOR QUE POSSUA TOUROS COM AS CARACTERÍSTICAS SOLICITADAS, ou seja, HAVERÁ UM ÚNICO FORNECEDOR CAPAZ DE ATENDER A DESCRIÇÃO DOS ITENS ACIMA, CONFORME PROVAS OFICIAIS E ATUALIZADAS



BETTER COWS > BETTER LIFE

DOS TOUROS EM ANEXO, DEIXANDO NÍTIDO O DIRECIONAMENTO DO CERTAME ORA IMPUGADO.

Cabe ressaltar que a Lei de Improbidade Administrativa aplica-se também a aquele que, mesmo não sendo agente público, concorre para a prática do ato ou dele se beneficie de forma direta ou indireta, conforme Art. 3º. Da mesma forma a Lei 14.133/21 considera em seu art. 337-F:

Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

É inconcebível que dentre inúmeras características, empresas e touros existentes no mercado, haja somente um único touro para cada item, da empresa **SEMEX DO BRASIL** Comércio Importação e Exportação Ltda, que satisfaça o pedido do edital, conforme demonstrado abaixo:

Item 1 – TOURO FLY-HIGHER SUGARHIGH – NAAB 200HO12090;

Item 2 – TOURO SIEMERS ROZTAC – NAAB 200HO12276.

Item 3 – TOURO PINE VIEW ASSURANCE H152 – NAAB 200AN10427;

Item 4 – TOURO DAHLKE ROCKEFELLER 009H – NAAB 200AR20728;

Tal situação, sem sombra de dúvidas está infringindo o princípio da igualdade. **“Esse princípio que hoje está expresso no artigo 37, XXI, da Constituição, veda o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimentos dos demais. Na parte final, o dispositivo deixa claro que somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.** (Sem grifo no original. Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Direito Administrativo, 27ª ed, 2014, p. 378).

Vejam que, chegando ainda mais ao absurdo, as características dos itens da raça Holandesa (itens 1 e 2) são exatamente idênticos aos do edital de licitação do



BETTER COWS > BETTER LIFE

município de Iraí/RS, ocorrida em 21/05/2024, na qual foi impugnada e cancelada, devido ao exato direcionamento dos mesmos touros dessa mesma empresa. Para comprovação dessa situação, colocamos em anexo o edital da Prefeitura de Iraí, o termo de referência constando as características das raças e a decisão referente ao cancelamento.

Nesse sentido, o Ilustre Administrativista Marçal Justen Filho leciona com bastante propriedade que:

“(…) é imperioso avaliar a relevância do conteúdo da exigência. Não é incomum constar no edital que o descumprimento de qualquer exigência formal acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem de ser temperada pelo princípio da razoabilidade. **É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produzam a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos.** Certamente, não haveria conflito se o ato convocatório reservasse a sanção de nulidade apenas para as desconformidades efetivamente relevantes. Mas nem sempre é assim. Quanto o defeito é irrelevante, tem de interpretar-se a regra do edital com atenuação.”¹

Nesse sentido, destaca-se ainda que o Edital não ampara os princípios da ECONOMICIDADE e o da RAZOABILIDADE contida na nossa Constituição Federal. O Prof. JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR, no seu livro “Comentários à Lei as Licitações e Contratações da Administração Pública”, diz:

“Selecionar a proposta mais vantajosa é, a um só tempo, o fim do interesse público que se quer alcançar em toda licitação (sentido amplo) e o resultado que se busca em cada licitação (sentido restrito). Licitação que não instigue a competição, para dela surtir a proposta mais vantajosa, descumpra sua finalidade legal e institucional”.

A jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (PR) é uníssona nesse sentido:

“EMENTA: ADMINISTRATIVO. PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. IRREGULARIDADES NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CARTA CONVITE. PARTICIPAÇÃO DE NÚMERO INFERIOR A TRÊS LICITANTES. TOMADA DE PREÇOS. DESCRIÇÃO EXAUSTIVA DO OBJETO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO TÉCNICA. ATOS QUE VIOLARAM OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO. DOSIMETRIA DAS PENAS. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª. ed. Pág. 442/443



BETTER COWS > BETTER LIFE

CABIMENTO. 1. Segundo o art. 22 da Lei nº 8.666/94, a licitação na modalidade convite exige número mínimo de três interessados, condição que visa a assegurar a ampla concorrência e a escolha da melhor proposta para a Administração Pública. 2. No caso de insuficiência do número mínimo de três licitantes por limitações de mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, essas circunstâncias devem ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite. 3. No caso de não ser atingido o número mínimo de três licitantes, a Comissão deve repetir o ato, consoante dispõe a Súmula nº 248 do TCU. Tendo havido o prosseguimento da licitação sem a presença de, no mínimo, três interessados, os réus praticaram ato de improbidade administrativa por violação aos princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei nº 8.429/92). **4. A descrição exaustiva do bem revela que a licitação foi direcionada para a aquisição de um bem específico. Ocorre que, por razões de impessoalidade e isonomia, esse direcionamento deve ser justificado tecnicamente. Não tendo havido essa justificação, restou caracterizada a prática de ato de improbidade administrativa por violação aos princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei nº 8.429/92).** 5. Segundo o STJ, a pena de suspensão dos direitos políticos é a mais drástica das penalidades estabelecidas no art. 12 da Lei n. 8.429/92, devendo ser aplicada tão somente em casos graves. No caso dos autos, além de o julgador ter aplicado a pena de suspensão dos direitos políticos, ele a fixou no tempo máximo previsto no art. 12, inc. III da LIA, que contempla o tempo mínimo de três e máximo de cinco anos. 6. Ainda que não tenha havido a participação de um terceiro licitante (convite) e tenha ocorrido a descrição exaustiva do bem (tomada de preços), observa-se que não houve dolo específico, ou seja, as irregularidades não foram adotadas para direcionar a licitação à contratação de pessoa específica ou mesmo empreendidas para a aquisição de bens que tenham causado prejuízo ao erário ou enriquecimento ilícito dos réus. 7. Afigura-se proporcional e razoável o pedido dos apelantes para que seja mantida apenas a pena de multa, eis que esta já se revela adequada à gravidade da conduta e ao dano decorrente. 8. Figurando no polo ativo da ação o Ministério Público, a procedência da demanda deve implicar condenação do réu aos honorários advocatícios (art. 20 do CPC c/c o art. 17 da Lei nº 7.347/83), sendo os valores revertidos em favor da União (Fundo de Defesa de Direitos Difusos - art. 13 da Lei nº 7.347/85). Tal sistemática não contraria o art. 128, inc. I, alínea "a" da Constituição, que veda aos membros do Ministério Público receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais. Isso porque, a verba a ser suportada pelo sucumbente, não será revertida em favor do membro, mas em favor da União. Precedentes do STJ. 9. Parcial provimento do apelo. (TRF4, AC 5002316-36.2012.404.7014, Terceira Turma, Relator Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, juntado aos autos em 07/03/2013)"

E ainda:

Decisão nº 933/2002 - Representação efetuada pela NG - Máquinas e Sistemas de Arquivos Ltda. Deflagração de procedimento licitatório (pregão) pela Advocacia Geral da União - AGU para aquisição de arquivo deslizante eletro-eletrônico. Alegação de direcionamento da licitação, em face das especificações exigidas pela AGU. Diligência. Paralisação do procedimento licitatório. Considerações acerca do procedimento de aquisição direta de equipamento, com intuito de complementar sistema de arquivamento e armazenamento já existente no arquivo geral da Procuradoria-Geral da União. Determinações.



BETTER COWS > BETTER LIFE

Decisão nº 351/2002 - Contratação de serviços de infra-estrutura de novas tecnologias, desenvolvimento, implantação, suporte e operação de sistemas e tecnologias de informação. Distorções na formulação do edital acarretando restrição à competitividade do certame. Indícios de direcionamento da licitação.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de representação formulada nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 16/2006 - CGL/MJ, cujo objeto consiste na aquisição de detectores portáteis de traços de substâncias ilícitas para utilização em penitenciárias federais, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9.1. **com fundamento no art. 71, IX, da Constituição Federal c/c o art. 45, da Lei 8.443/92, fixar o prazo de quinze dias para que a Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça adote as providências necessárias a anulação da Ata de Registro de Preços, em vista das irregularidades caracterizadas por direcionamento da licitação. (grifo nosso)**

Diante de todo o exposto, nítido que os Itens **1, 2, 3 e 4** do edital do Pregão Eletrônico nº 031/2024 merecem alteração quanto as exigências, vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e moralidade administrativa, direcionando e restringindo a concorrência e participação das demais interessadas no certame em virtude dos produtos/itens serem exclusivos de uma única fornecedora, que comercializa esse sêmen no Brasil.

DO PEDIDO

Por todo exposto, solicitamos:

- 1) O acolhimento da presente Impugnação, de forma a afastar as exigências e descrições abusivas e ilegais dos itens 1, 2, 3 e 4 (características dos animais), nos termos acima descritos, a fim de proporcionar concorrência e acesso as demais empresas idôneas que possuem interesse em participar e vender seus produtos, em conformidade com os princípios acima mencionadas;
- 2) A apresentação dos orçamentos estimados para composição média dos preços para abertura da licitação, conforme o princípio da publicidade e Lei 14.133/2021.



BETTER COWS > BETTER LIFE

Caso não seja o entendimento de Vossas Senhorias, solicita-se desde já o esclarecimento dos itens impugnados, sem necessidade ou prejuízo de representação perante ao Tribunal de Contas responsável.

Ribeirão Preto, 11 de julho de 2024.

05.162.045/0001-86

LAGOA DA SERRA LTDA

"CRV BRASIL"

Av. Presidente Castelo Branco, nº 2525

Pq. Industrial Lagoinha – CEP. 14.095-000

Ribeirão Preto – SP

LAGOA DA SERRA LTDA

Leonardo André de Sousa

Representante Legal

CPF 058.841.059-40



BETTER COWS > BETTER LIFE

Impugnação Alpestre pdf

Código do documento 92be529b-9499-4130-b87d-5b5133c04f91



Assinaturas



Leonardo André de Sousa
leonardo.asousa@outlook.com
Assinou como parte

Leonardo André de Sousa



RAFAEL APARECIDO SPIRLANDELI
rafael.spirlandeli@crvlagoa.com.br
Reconheceu



Eventos do documento

11 Jul 2024, 14:36:19

Documento 92be529b-9499-4130-b87d-5b5133c04f91 **criado** por DANIELA CRISTINA VANZELLA MORAIS (ab0b2335-a5c0-40ec-a426-9ffd66bdc80c). Email: daniela.vanzella@crv4all.com.br. - DATE_ATOM: 2024-07-11T14:36:19-03:00

11 Jul 2024, 14:37:38

Assinaturas **iniciadas** por DANIELA CRISTINA VANZELLA MORAIS (ab0b2335-a5c0-40ec-a426-9ffd66bdc80c). Email: daniela.vanzella@crv4all.com.br. - DATE_ATOM: 2024-07-11T14:37:38-03:00

11 Jul 2024, 14:41:19

LEONARDO ANDRÉ DE SOUSA **Assinou como parte** - Email: leonardo.asousa@outlook.com - IP: 191.220.149.233 (191-220-149-233.user3p.brasiltelecom.net.br porta: 19920) - **Geolocalização: -26.8663002 -49.0736939** - Documento de identificação informado: 058.841.059-40 - DATE_ATOM: 2024-07-11T14:41:19-03:00

11 Jul 2024, 14:50:48

RAFAEL APARECIDO SPIRLANDELI **Reconheceu** (354e9222-6fa3-499b-be0e-f7431543196b) - Email: rafaelspirlandeli@crvlagoa.com.br - IP: 179.246.220.61 (179-246-220-61.user.vivozap.com.br porta: 9408) - **Geolocalização: -21.1053917 -47.7892893** - Documento de identificação informado: 304.128.358-19 - DATE_ATOM: 2024-07-11T14:50:48-03:00

Hash do documento original

(SHA256): 688daf577ebec282026e3f2842b8f9170550948d33d6cbc0ba26422d0f159391

(SHA512): 82a480d05c0a1e39fdec58bcd94fe478f1e0e96810c125ed7d3180e6cdcb36411f6c61bb2a66aea14215cbe02599100b403cbec7044bf33819e41ff65cd2a9c

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



10 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 11 de July de 2024, 14:52:00



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign